

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Considerando as ideias veiculadas no texto CB1A1-I e as relações de coesão nele estabelecidas, julgue os próximos itens.

- 1 De acordo com o texto, nos acordos de 1810, convergiam os interesses políticos de Portugal e os econômicos da Inglaterra.
- 2 Depreende-se do texto que a peculiaridade do processo de independência que impactou o desenvolvimento brasileiro consiste na expansão dos privilégios ingleses com a transferência do governo de Portugal para o Brasil.
- 3 No trecho “cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal” (último período do texto), o referente da forma pronominal “cujas” é “os ingleses”, entendendo-se, corretamente, das relações coesivas do período que as perspectivas comerciais dos ingleses eram muito mais promissoras que as de Portugal.
- 4 A forma pronominal “eles” (penúltimo período) retoma “Os acordos de 1810” (antepenúltimo período).
- 5 De acordo com as informações do texto, o Brasil, mesmo depois de ter deixado de ser colônia portuguesa, permaneceu por vários anos submetido à tutela inglesa.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os seguintes itens.

- 6 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso fosse eliminada a vírgula empregada logo após “acordos” (último período), por ser seu emprego facultativo nesse caso.
- 7 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o segmento “se bem haja” (terceiro período) fosse substituído por **embora tenha**.
- 8 O tempo verbal em que se encontra flexionada a forma “seria” (antepenúltimo período) indica uma possibilidade futura vislumbrada a partir do passado.
- 9 Sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, o trecho “o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal” (último período) poderia ser reescrito da seguinte forma: **o governo português visava precisamente à continuidade da casa reinante em Portugal**.
- 10 Em “Tendo-se transferido (...) e tendo-se operado (...) governo” (segundo período), o vocábulo “se” é empregado para indeterminar o sujeito de ambas as orações.
- 11 O segmento “contra a” (antepenúltimo período) poderia ser substituído por **à despeito da**, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.
- 12 No terceiro período, o sujeito da forma verbal “mantinha” é “a Inglaterra”.
- 13 No penúltimo período, a forma verbal “gozavam” está empregada na terceira pessoa do plural porque concorda com o termo “privilégios”.

Texto CB1A2-I

Segundo nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Essas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. O processo pode ser descrito como uma ruptura provocada pelas contradições entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, ruptura esta que aciona o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Darcy Ribeiro. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*.
Petrópolis: Vozes, 1983, p. 25 (com adaptações).

Em relação a aspectos linguísticos do texto CB1A2-I e às ideias nele apresentadas, julgue os próximos itens.

- 14 No texto, o autor apresenta uma visão evolutiva das transformações na sociedade, argumentando que um próximo passo é alcançado apenas após uma ruptura causada por inovações inseridas no processo de produção.
- 15 No segundo período do texto, a forma pronominal “sua”, em “provocam sua expansão”, tem como referente “as sociedades”.
- 16 A expressão “O processo”, no último período, refere-se à “formação econômico-social” citada no período anterior.
- 17 A correção gramatical e o sentido do segundo período do texto seriam preservados caso o trecho “um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva” fosse reescrito da seguinte forma: **um processo civilizatório cujo curso aquelas e todas sociedades por elas influenciadas passam de uma etapa evolutiva a outra.**
- 18 Estariam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto caso a forma verbal “ativar” (segundo período do texto), estivesse flexionada no plural — **ativarem**.

Texto CB1A2-II

O poder manifesta-se em relações de uso do território, materializado ou virtualizado pelas formas de atuação dos atores sociais locais. Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes com fins específicos de utilização do território. Os conflitos gerados pelo uso do território também são formas de poder, embora muitas vezes o poder esteja em risco. O poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro.

Quais são os atores sociais que mais partilham o poder e que interesses estão em jogo? Em que esfera social ou política o poder se torna mais ativo? Estamos numa diferenciação entre o poder formal, institucional, e o poder informal advindo dos movimentos sociais. O formal seria aquele da instituição política, vinculada à ideia da esfera municipal, estadual e federal; e o poder informal é o da sociedade civil organizada, incorporado no papel dos movimentos sociais diversos e de seus representantes junto às três esferas que mencionamos.

Não estamos querendo dizer que entre essas escalas não acontecem associações; o que queremos, para fim de análise, é diferenciar seu campo de negociação. Sabemos que, entre essas escalas, ocorrem interferências, seja no poder formal, seja no poder informal, e que, entre esses poderes, há uma dialética na definição das formas de desenvolvimento e de uso no território.

João Márcio Palheta da Silva. *Poder, governo e território na sociedade contemporânea*.
Internet: <flasco.redeivre.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos a aspectos linguísticos do texto CB1A2-II e às ideias nele apresentadas.

- 19 O texto é desenvolvido com base na associação entre o conceito de poder e o uso do território.
- 20 No que diz respeito aos dois níveis de poder citados no texto, o formal e o informal, o autor indica que essa divisão não reflete uma separação total entre eles, mas é útil para uma melhor compreensão de seus campos de negociação.
- 21 No terceiro período do primeiro parágrafo, o termo “embora” introduz uma oração que expressa, em relação à oração anterior, sentido explicativo.
- 22 A vírgula empregada no último período do primeiro parágrafo separa orações cujos sujeitos são distintos.
- 23 No primeiro período do segundo parágrafo, o termo “que” exerce a mesma função sintática em suas duas ocorrências.
- 24 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o terceiro período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: **Se faz aqui uma distinção entre o poder formal, que é institucional, com o poder informal, que vem dos movimentos sociais.**
- 25 Os sentidos e a correção gramatical do último período do texto seriam mantidos caso o termo “seja”, em suas duas ocorrências, fosse substituído pelo vocábulo **quer**.
- 26 Pelas relações de sentido estabelecidas no último período do primeiro parágrafo, subentende-se a palavra **território** em seguida ao termo “outro”.

Com relação às ferramentas utilizadas no ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

- 27 Para localizar um arquivo armazenado localmente no computador, o usuário deve selecionar, na lista de opções Este Computador do Windows Explorer, a unidade Disco Local (C:) e digitar o nome do arquivo no campo de pesquisa acessado com auxílio do atalho **Ctrl** + **F**.
- 28 O OneDrive permite que o usuário armazene arquivos pessoais na nuvem da Microsoft. Por motivos de segurança, tais arquivos não podem ser compartilhados com outros usuários.
- 29 Na opção Dispositivos: Bluetooth, impressoras, mouse da janela Configurações do Windows, está disponível uma lista de dispositivos conectados ou emparelhados ao computador.
- 30 O Windows Explorer possui um menu de contexto que auxilia a realizar tarefas como Copiar e Colar, Abrir e Abrir com, entre outras.
- 31 Nas configurações de salvamento de tela do ambiente Windows, pode ser feita a personalização da tela de bloqueio, a qual é utilizada para compor o fundo de tela da área de trabalho do computador.

Julgue os próximos itens, relativos ao Microsoft Word.

- 32 No menu Layout de uma tabela do Word, há opção que permite repetir a linha de cabeçalho para que ela reapareça na página seguinte do documento, permitindo assim a identificação das colunas da tabela.
- 33 No Word, é possível salvar um arquivo com outro nome para manter uma cópia do arquivo original; para tanto, basta usar a opção Salvar ou o atalho **Ctrl** + **B**.
- 34 Em um documento do Word, a formatação Estilo pode ser aplicada para criar títulos, que destacam o texto e ajudam o usuário a pesquisar seu documento, podendo, ainda, ser usada também para criar uma tabela de conteúdo, reorganizar e reformatar o *design* do documento, sem a necessidade de alterar manualmente o texto de cada título.

Com relação ao Microsoft Excel, julgue os seguintes itens.

- 35 Uma das limitações do Excel é que, por não ser um *software* científico, ele não permite gerar uma linha de tendência para uma série de dados de um gráfico, obtida por meio de regressão linear, exponencial ou média móvel. Em vez disso, o Excel permite apenas ligar os pontos do gráfico.
- 36 No Excel, é possível filtrar dados para representarem os resultados em uma tabela dinâmica; para tanto, usa-se a opção Inserir - Segmentação de Dados.

Julgue os itens a seguir, a respeito do Microsoft PowerPoint.

- 37 No PowerPoint, a opção Design é usada para atribuir padrões ao eslaide mestre, como caixas de formatação e posicionamentos de espaços no eslaide.
- 38 No PowerPoint, por meio da guia Transições, é possível configurar a forma de exibição de um novo eslaide inserido.

Em certa localidade, a companhia fornecedora de energia elétrica informou que, a cada 10 clientes pagantes, outros 6 furtam energia, praticando os popularmente chamados “gatos de luz”.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 39 Considerando que a referida companhia consiga inibir o furto de energia de forma que, na nova realidade, a cada 10 clientes pagantes, outros 3 furtam energia, então, nessa nova realidade, haverá uma redução de 50% no número de clientes que furtam energia.
- 40 Na localidade mencionada, 60% dos clientes furtam energia.

Token, em inglês, significa ficha ou símbolo. Na área da tecnologia, o nome se refere a um dispositivo eletrônico ou sistema gerador de senhas bastante utilizado por bancos, os chamados códigos *token*. Considerando que um código *token* seja formado por seis dígitos escolhidos aleatoriamente entre os algarismos de 0 a 9 e que, nesse código, seja permitida a repetição de algarismos, julgue os itens a seguir.

- 41 A probabilidade de um código *token* ser formado por, pelo menos, dois dígitos repetidos é superior a 80%.
- 42 Há mais de 1,2 milhão de códigos *token* possíveis.
- 43 Existem menos de 150 mil códigos *token* que possuem todos os dígitos distintos.

O parágrafo primeiro do artigo 2.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro assim preceitua: “§ 1.º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.”.

Considerando esse dispositivo legal como a proposição *P*, julgue os itens que se seguem, acerca de aspectos da lógica proposicional nela presentes.

- 44 A tabela-verdade associada a *P* tem mais de 30 linhas.
- 45 A proposição *P* é equivalente a “Se a lei posterior expressamente declara a revogação da lei anterior, regula inteiramente a matéria de que esta tratava ou é com ela incompatível, então a revoga.”.
- 46 Considere que um juiz, ao aplicar a legislação, verifique que certa lei (Lei A) não foi expressamente revogada por nenhuma outra e que não há outra que regule inteiramente a matéria de que trata a Lei A, porém identifique outra lei (Lei B), posterior à Lei A e com ela incompatível. Nesse caso, se o juiz decidir aplicar, mesmo assim, a Lei A, será falsa, nesse caso específico, a proposição encerrada no parágrafo primeiro do artigo 2.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 47 Considere as proposições *R* e *S* a seguir.
R: “A lei posterior regula inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, é com ela incompatível ou expressamente declara sua revogação.”
S: “A lei posterior não regula inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, não é com ela incompatível, nem expressamente declara sua revogação.”

A partir dessas informações, é correto afirmar que *S* é a negação de *R*.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de servidores nomeados em cada um dos três primeiros anos de mandato do prefeito de certo município.

| 1.º ano | 2.º ano | 3.º ano |
|---------|---------|---------|
| 1.000 | 1.100 | 1.210 |

Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes.

- 48 Caso o quantitativo de servidores nomeados no 4.º ano de mandato do prefeito forme, com os quantitativos do 2.º e do 3.º anos, uma progressão aritmética, então serão nomeados, no 4.º ano, mais de 1.330 servidores.
- 49 Ao se plotarem os dados da tabela em apreço em um plano cartesiano, formando-se pares ordenados xOy , em que y represente o quantitativo de servidores nomeados no ano x , os pontos correspondentes aos três primeiros anos do mandato do prefeito estarão sobre o gráfico de uma função exponencial.
- 50 Caso o quantitativo de servidores nomeados no 4.º ano de mandato do prefeito forme, com os quantitativos dos primeiros três anos, uma progressão geométrica, então serão nomeados, no 4.º ano, mais de 1.330 servidores.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que se refere à elaboração de demonstrações contábeis conforme a legislação societária e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens a seguir.

- 51** Pelo método direto, os fluxos de caixa de uma entidade são evidenciados a partir das movimentações, dos acréscimos e dos decréscimos verificados em contas patrimoniais, considerado o resultado do período.
- 52** Para fins de evidenciação, no balanço patrimonial, os itens patrimoniais ativos e passivos devem ser segregados em circulantes e não circulantes, conforme realizáveis ou exigíveis, até o final do exercício social seguinte ao balanço.
- 53** A demonstração do resultado do exercício deve apresentar o conjunto de todas as mutações do patrimônio líquido que não constituam transações entre a entidade e os seus sócios na qualidade de proprietários da entidade.
- 54** As notas explicativas às demonstrações financeiras devem conter apenas as informações capazes de influenciar na decisão dos agentes econômicos interessados na situação patrimonial e de resultados da entidade.
- 55** Os resultados de equivalência patrimonial e os dividendos de investidas avaliadas pelo método do custo integram o valor adicionado bruto da demonstração do valor adicionado, sujeitando-se à distribuição aos agentes que tiverem contribuído para a geração desse valor.

Em referência à mensuração e à avaliação de itens patrimoniais ativos, julgue os itens subsequentes.

- 56** Na mensuração dos saldos bancários, saldos negativos devem ser apresentados separadamente, como parte do passivo circulante, excetuando-se os saldos credores e devedores no mesmo banco que a empresa tenha direito de compensar.
- 57** O melhor critério para avaliação de estoques em empresas que comercializem produtos homogêneos é o custo específico.
- 58** Despesas pagas antecipadamente e que beneficiem vários exercícios futuros devem ser mensuradas pelo seu valor presente, ajustado pelo decurso do prazo.
- 59** Um item com características de ativo imobilizado e que atenda aos critérios de reconhecimento como item patrimonial ativo deve, inicialmente, ser mensurado pelo seu custo, e o valor obtido na mensuração deve ser ajustado, posteriormente, pela depreciação e, se for o caso, por uma provisão para ajuste ao seu valor recuperável.
- 60** Diversos itens patrimoniais, a exemplo dos ativos biológicos, devem ter seu valor mensurado ao valor justo, utilizando-se técnicas compatíveis com uma destas três abordagens mutuamente excludentes: de custo, de mercado ou de receita.

Com relação às operações que envolvem elementos do passivo, do patrimônio líquido e de contas de resultado, julgue os itens a seguir.

- 61** A empresa que recebe antecipadamente dos seus clientes uma parcela dos recursos destinados ao pagamento de serviços a serem por ela prestados no futuro deve reconhecer um passivo quando do recebimento dos recursos e baixar o referido passivo na data em que se der a prestação dos serviços contratados.
- 62** Uma obrigação decorrente de eventos passados e cuja existência precisará ser confirmada pela ocorrência de eventos futuros incertos deve ser reconhecida contabilmente como passivo se for considerada possível a exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e se o valor dessa obrigação puder ser mensurado de forma suficientemente confiável.
- 63** O pagamento de juros sobre capital próprio é condicionado à existência de lucros ou à existência de lucros acumulados e reservas de lucros nas demonstrações contábeis das sociedades que pretendem remunerar os seus acionistas utilizando-se dessa prerrogativa legal.
- 64** A constituição da reserva de lucros a realizar evita que o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas contemple parcelas do lucro líquido do exercício que ainda não tenham sido realizadas financeiramente.
- 65** Ajustes de avaliação patrimonial é uma conta de resultado que tem por função registrar as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo cuja mensuração seja efetuada com base no valor justo.

Julgue os itens seguintes, que versam sobre retificação de erros contábeis, custos, consolidação de demonstrações contábeis, transações com partes relacionadas e análise das demonstrações contábeis.

- 66** O erro material que envolva a mensuração de elementos patrimoniais realizada em períodos contábeis anteriores deve ser corrigido retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis aprovadas para publicação após a descoberta do erro.
- 67** A transferência de recursos realizada entre empresas coligadas deve ser considerada uma transação com parte relacionada para fins de divulgação pela contabilidade apenas se tiver de fato havido a cobrança de um preço para a realização da transação.
- 68** A empresa industrial que utiliza determinado material na fabricação de diversos produtos, mas que não consegue identificar o quanto do material é destinado à produção de cada um desses produtos, deve classificá-lo como um custo indireto de produção variável.
- 69** No balanço patrimonial consolidado, a participação dos acionistas não controladores deve ser apartada da participação dos proprietários da controladora, devendo ainda ser apresentada no passivo exigível a longo prazo, em agrupamento de contas imediatamente anterior ao patrimônio líquido.
- 70** A participação do capital de terceiros sobre os recursos totais é um indicador de endividamento cujo valor pode ser também obtido por meio da análise vertical.

Acerca da mensuração de ativos e passivos, campo de aplicação da contabilidade pública, variações patrimoniais e sistema de contabilidade, julgue os próximos itens, considerando que a sigla MCASP, sempre que empregada, se refere ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- 71** O custo histórico deve ser utilizado como base de mensuração para as importâncias recebidas para se assumir uma obrigação que corresponda ao valor da entrada no caixa da entidade à época na qual a entidade incorreu no passivo.
- 72** As normas do MCASP aplicam-se, indistintamente, a todas as esferas do setor público e podem ser aplicadas pelos conselhos profissionais e por outras entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público.
- 73** De acordo com o MCASP, no regime contábil patrimonial, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- 74** A base de mensuração considerada para desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, deve ser o valor de mercado ou o valor justo.

Julgue os seguintes itens, relativos a saldo patrimonial, mensuração de passivos, provisões, tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições, e redução ao valor recuperável.

- 75** O balanço patrimonial demonstra o ativo financeiro, o passivo permanente e o saldo patrimonial.
- 76** A reversão de perdas em virtude de redução ao valor recuperável ocorrida em períodos anteriores deve ensejar ajuste nos lucros acumulados de forma a não ser reconhecida imediatamente no resultado do período em que for reconhecida tal reversão.
- 77** O cálculo da provisão para repartição tributária de créditos tributários é efetuado com base nos créditos de impostos e contribuições ainda não arrecadados sujeitos à repartição, sem deduções de ajustes contábeis, patrimoniais ou de perdas.

Acerca de variações patrimoniais, passivos, despesas e custos e demonstrações contábeis no setor público, julgue os itens a seguir.

- 78** Na aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso em momento futuro, o fato gerador de uma obrigação ocorre antes ou concomitantemente à liquidação; porém, a apropriação da variação patrimonial diminutiva ocorre depois da liquidação.
- 79** Na demonstração das variações patrimoniais, a variável exploração e vendas de bens é evidenciada entre as variações patrimoniais aumentativas.
- 80** Por conceito, o custo no setor público prescinde da efetiva geração de bens ou serviços, uma vez que, para o governo, todos os dispêndios são tratados como despesas.

Julgue os itens a seguir, relativos aos registros contábeis de transações no setor público.

- 81** O ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu custo histórico na data da aquisição.
- 82** Um *software* de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse *software* específico deve ser tratado como ativo imobilizado.

Julgue os próximos itens, referentes às etapas e aos estágios das receitas e despesas públicas.

- 83** A etapa de recolhimento da receita pública ocorre na entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou de instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- 84** O estágio de fixação da despesa pública consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

Acerca do regime de adiantamento de suprimento de fundos, julgue os seguintes itens.

- 85** Visando garantir a correta aplicação do dinheiro público e observando as peculiaridades do seu sistema de controle interno, cada ente da Federação deve regulamentar o seu regime de adiantamento de suprimento de fundos.
- 86** Não se pode efetuar adiantamento de suprimento de fundos a servidor que já esteja responsável por dois adiantamentos.

De acordo com o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – Estrutura Conceitual, julgue os seguintes itens.

- 87** Para gerar um passivo, uma obrigação deve estar relacionada a um terceiro.
- 88** A propriedade legal do recurso é uma característica essencial de um ativo.

No primeiro exercício financeiro de determinada entidade pública, já encerrado, foram realizadas apenas as transações a seguir listadas.

| | |
|--------------------|-------------|
| receita prevista | R\$ 100 mil |
| receita lançada | R\$ 90 mil |
| receita arrecadada | R\$ 80 mil |
| receita recolhida | R\$ 80 mil |
| despesa fixada | R\$ 100 mil |
| despesa empenhada | R\$ 90 mil |
| despesa liquidada | R\$ 80 mil |
| despesa paga | R\$ 70 mil |

Considerando a situação hipotética apresentada e o relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, julgue os itens subsequentes.

- 89** Na apuração de resultado segundo a perspectiva do regime contábil, deve ser reconhecida uma variação patrimonial diminutiva no valor de R\$ 100 mil referente ao valor da despesa fixada.
- 90** Na apuração de resultado segundo a perspectiva do regime orçamentário, deve ser considerada uma receita orçamentária no valor de R\$ 80 mil referente ao valor da receita arrecadada.

Acerca de conceitos relacionados à estrutura básica do Sistema Tributário Nacional, julgue os próximos itens.

- 91** Considerando o princípio da anterioridade, uma lei municipal que aumente a alíquota do imposto sobre serviços publicada em 1.º de novembro de determinado ano entrará em vigor no dia 1.º de janeiro do ano seguinte.
- 92** A multa cobrada por atraso no pagamento do ITD, imposto de competência dos estados e do DF, não é considerada como tributo pois representa uma punição pelo não cumprimento da obrigação legal de pagamento no prazo estabelecido pela legislação.
- 93** Uma lei municipal que reduza a alíquota do ICMS dos itens da cesta básica que são produzidos e comercializados no próprio município será constitucional, pois observará o princípio da capacidade contributiva dos contribuintes.
- 94** A natureza jurídica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva operação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e a destinação legal do produto de sua arrecadação.
- 95** As contribuições sociais destinadas especificamente para atender à seguridade social incidem sobre a folha de salários e de terceiros, o faturamento e o lucro.

Julgue os itens subsequentes à luz da legislação pertinente a impostos retidos na fonte.

- 96** As pessoas jurídicas que fornecerem bens ou que prestarem serviços a órgãos, autarquias, fundações da administração pública federal, empresas públicas e sociedades de economia mista receberão os valores contratados deduzidos de IR, CSLL, COFINS e PIS retidos na fonte.
- 97** As empresas enquadradas no SIMPLES não são obrigadas a efetuar a retenção de contribuições, como também não terão retenção na fonte quando prestarem serviços a outras pessoas jurídicas, desde que apresentem uma declaração específica determinada por lei e assinada por seu representante legal.
- 98** Uma pessoa jurídica, optante pelo lucro real, que tenha prestado serviços de informática para um órgão público terá as retenções previstas na legislação determinadas mediante aplicação das alíquotas de 3% para COFINS, 0,65% para PIS/PASEP, 1% para CSLL e 1,2% para IRPJ.
- 99** Uma pessoa jurídica de direito privado, optante pelo lucro real, que tenha realizado prestação de serviços de advocacia para outra pessoa jurídica terá as retenções previstas na legislação determinadas mediante aplicação das alíquotas de 3% para COFINS, 0,65% para PIS/PASEP, 1% para CSLL e 1,5% para IRPJ.
- 100** Uma pessoa jurídica, optante pelo lucro real, que tenha vendido um equipamento para um órgão público terá as retenções previstas na legislação determinadas mediante aplicação das alíquotas de 3% para COFINS, 0,65% para PIS/PASEP, 1% para CSLL e 4,8% para IRPJ.
- 101** Uma pessoa jurídica de direito privado, optante pelo lucro real, que tenha realizado prestação de serviços de jardinagem para outra pessoa jurídica terá as retenções previstas na legislação determinadas mediante aplicação das alíquotas de 3% para COFINS, 0,65% para PIS/PASEP, 1% para CSLL e 4,8% para IRPJ.

Julgue os itens subsequentes, a respeito da tributação sobre o lucro no Brasil.

- 102** Em determinada empresa optante pelo lucro real, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido, há que se conhecer a composição das receitas e despesas para fins de cálculo do lucro tributável em função das adições e exclusões previstas na legislação ao lucro apurado contabilmente.
- 103** Uma empresa optante pelo lucro presumido pode utilizar o regime de competência ou o regime de caixa para fins de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS. Se utilizar o regime de caixa, ela deverá, também, utilizar o mesmo critério para fins de apuração do IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido.
- 104** As empresas devem observar a forma de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, uma vez que, se optarem pelo lucro presumido para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL, será adotado o método não cumulativo; já se optarem pelo lucro real, o método utilizado deverá ser o cumulativo.
- 105** Em uma empresa optante pelo lucro arbitrado, o lucro para fins de cálculo do IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido trimestrais será determinado mediante a aplicação dos percentuais utilizados no lucro presumido sobre a receita bruta deduzida das devoluções e vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, acrescido de 20%.

Com base no que dispõe a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens seguintes.

- 106** No balanço patrimonial, o ativo financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, enquanto o ativo permanente abarcará os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- 107** O balanço financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária, assim como os pagamentos de natureza extraorçamentária, excluindo-se os restos a pagar do exercício.

À luz das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal insertas na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

- 108** A transparência da gestão fiscal será assegurada, entre outras medidas, pelo incentivo à participação popular e pela realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, incluindo-se a disponibilização, pelos municípios, dos dados contábeis, orçamentários e fiscais em meio eletrônico de amplo acesso público.
- 109** O anexo de metas fiscais que acompanha a lei orçamentária anual deve estabelecer a meta anual dos resultados nominal e primário do orçamento municipal, comparando-os com os valores programados para o exercício em curso e os realizados nos dois exercícios anteriores.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 110** Os estágios da receita pública são: planejamento, lançamento, arrecadação e recolhimento, sendo a arrecadação sempre precedida do lançamento e caracterizada pela transferência para ente público das obrigações dos contribuintes.
- 111** Enquanto a receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, a fonte de recursos possui a finalidade precípua de identificar o destino dos recursos arrecadados, podendo a destinação ser vinculada e não vinculada.
- 112** A dívida ativa é parte da receita da administração pública originária das operações de crédito realizadas por antecipação de receitas autorizada na lei orçamentária anual.
- 113** De acordo com a classificação econômica, incluem-se nas despesas correntes as dotações para a manutenção de serviços criados, inclusive os dispêndios destinados a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- 114** O empenho é um dos principais instrumentos com que conta a administração pública para acompanhar e controlar a execução de seu orçamento; empenhar a despesa significa enquadrá-la no crédito orçamentário apropriado e deduzi-la do saldo da dotação do referido crédito.

A respeito de orçamento público, bem como do ciclo e do processo orçamentário, julgue os itens a seguir.

- 115** O plano plurianual (PPA) apresenta o planejamento das contas públicas, definindo as estratégias, diretrizes e metas do governo por um período de quatro anos, e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estabelece os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual para a realização das metas e dos objetivos contemplados no PPA.
- 116** A lei orçamentária anual estima as receitas previstas e limita-se às despesas públicas discricionárias, cabendo ao Poder Executivo, durante o processo orçamentário, a priorização da execução do orçamento, em conformidade com o plano plurianual.

Acerca do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (SPOF) e das classificações orçamentárias, julgue os itens que se seguem.

- 117** A classificação funcional é formada por funções e subfunções que servem como agregadores dos gastos públicos por área de ação governamental nos três níveis de governo, sendo de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos municípios, dos estados, do DF e da União.
- 118** O SPOF tem por finalidade estabelecer os princípios e as diretrizes para a formulação dos PPA dos estados, do DF e dos municípios, visando à compatibilização do balanço do setor público nacional.

Acerca das infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, conforme o disposto na Lei n.º 10.028/2000, julgue os itens que se seguem.

- 119** Ficará sujeito ao pagamento de multa de 30% de seus vencimentos anuais o agente que deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.
- 120** A proposição do PPA e da LDO sem as metas fiscais que indiquem o resultado primário do governo municipal é considerada infração administrativa leve contra as finanças públicas.

Espaço livre